



György Lukács e o stalinismo*

Nicolas Tertulian

Hoje em dia são raros aqueles que, ao evocar a luta dos intelectuais contra os regimes totalitários do Leste, fazem referência a formas de oposição distintas daquela dos dissidentes. O mérito destes homens corajosos que, de Andrei Sakharov a Václav Havel e de Leszek Kołakowski a Aleksandr Soljenítsyn, conquistaram uma audiência legítima não deve, contudo, fazer-nos esquecer, por um reflexo anticomunista compreensível, mas, de todo modo, simplificador, o fato de que a contestação teve início no próprio interior do sistema, e que intelectuais marxistas como Bertolt Brecht, Ernst Bloch ou György Lukács denunciaram com vigor as práticas stalinistas e o “socialismo de caserna”. O conteúdo e a finalidade de suas críticas eram, evidentemente, diferentes daqueles dos dissidentes: eles desejavam a reforma radical dessas sociedades, sua reconstrução sobre bases autenticamente socialistas, e não a restauração do capitalismo.

Em 1958, Ernst Bloch confidenciou com amargura a seu amigo Joachim Schumacher que ele próprio e seus discípulos foram objeto de uma repressão brutal na RDA. Em carta, expedida por prudência desde a Áustria, ele explicava a seu correspondente que a crítica contra a “*Satrapen-Misswirtschaft*” (desastrosa economia de sátrapas) foi, por certo tempo, tolerada e, apesar dos pesares, aceita, mas que desde a aparição do movimento de contestação na Hungria – o Círculo *Petőfi* começou a se reunir em 1956 – a situação mudara completamente. Seguiram-se a isso humilhações e proibições, como a proibição de lecionar e publicar o terceiro volume de seu livro *Princípio esperança*. Bloch sintetizou a situação na fórmula lapidar: “*Man brauchte einen deutschen Lukács...*”.¹

Era necessário, portanto, um Lukács alemão na RDA de Walter Ulbricht, que

* Publicado pela primeira vez em *Les Temps Modernes*, junho 1993, pp. 1-45. Tradução de Carolina Peters (agradeço a Murilo Leite. o auxílio no cotejo e revisão da tradução). Revisão técnica de Ester Vaisman. As inserções entre colchetes são de responsabilidade da tradutora.

¹ “*É necessário um Lukács alemão...*” [N.T.]. Ernst Bloch, *Briefe, 1903-1975*, hrsg. von Karola Bloch, 1985, Suhrkamp Verlag, Band II, pp. 614-615.

justamente tremia ante a ideia de que o espírito do Círculo *Petőfi*, do qual o filósofo foi entusiasta, se propagasse por ali. Como mandava a boa tradição stalinista, ele montou um processo bombástico, destinado a prevenir qualquer veleidade de questionamento dos métodos do poder ali existente. Os principais indiciados nesse processo foram Wolfgang Harich e Walter Janka.

Graças às obras publicadas² por Walter Janka, antigo comunista, ex-combatente da guerra civil espanhola e, no período de sua detenção, em 1956, diretor da grande casa editorial de Berlim, *Aufbau-Verlag*, nós podemos ter uma ideia mais clara das repercussões do papel desempenhado por Lukács no levante húngaro sobre o *establishment* alemão-oriental.

Durante os eventos na Hungria, enquanto reinava a confusão, Johannes Becher, ministro da cultura, aconselhado por Anna Seghers, pediu a Walter Janka que fosse a Budapeste para trazer Lukács à RDA. Amigo do filósofo, o ministro-poeta temia por sua vida. A operação, digna de um filme policial, foi barrada por Walter Ulbricht, que não pretendia se imiscuir nos assuntos dos “*camaradas soviéticos*”. Durante o processo, Janka, a quem não pertencia, todavia, a iniciativa do projeto, foi repreendido por tencionar trazer ao país um “*agente secreto do imperialismo [...] disfarçado de comunista*”. No cenário construído pela justiça da Alemanha Oriental, sob as ordens de Walter Ulbricht, o filósofo aparecia como mentor ideológico de um complô perpetrado pelos acusados para derrubar o regime. O procurador-geral, [Ernst] Melsheimer (que já exercia a magistratura desde o regime nazista) proferiu uma verdadeira peça de acusação contra Lukács, servindo-se de suas intervenções nos debates do Círculo *Petőfi*, bem como das declarações feitas antes e durante os eventos de 1956, como provas.³ Uma entrevista concedida por Lukács em 31 de outubro de

² Walter Janka, *Schwierigkeiten mit Wahrheit*, 1989, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt; *Der Prozess gegen Walter Janka und andere, Eine Dokumentation*, 1990, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt; Walter Janka, *Spuren eines Lebens*, 1991, Berlin, Rowohlt.

³ Citamos, a partir de Walter Janka, a conclusão da acusação proferida pelo procurador, um texto, em verdade, preparado com antecedência, de cerca de quinze páginas, dirigido contra Lukács, a quem considerava “*o pai espiritual da contrarrevolução húngara*”: “*Und diesen Verräter Lukács, der schon immer ein virkappter Agent des Imperialismus in den Reihen der internationalen Arbeiterbewegung war, wollte der hier auf der Anklagebank sitzende Verräter und Feind des Ersten Deutschen Arbeiter- und Bauernstaates namens Janka, der sich wie Lukács als Kommunist tarnte nach Berlin haben und zum geistigen Inspirator der Konterrevolution in den DDR machen*” (“*E Lukács, esse traidor que sempre foi, sob a máscara, um agente do imperialismo nas fileiras do movimento operário internacional, esse traidor e inimigo do primeiro estado operário e camponês alemão, sentado aqui no banco dos réus, o chamado Janka – que como Lukács se camuflou de comunista – queria trazê-lo a Berlim e torná-lo o mentor espiritual da contrarrevolução na RDA*”) (*Schwierigkeiten mit der Wahrheit*, pp. 36-37; *Spuren eines Leben*, p. 270). Anna Seghers, que teve a ideia de tirar seu amigo Lukács da Hungria e determinou que

1956 a um jornalista polonês, Woroszilsky, e largamente reproduzida pela mídia ocidental, escandalizava muito particularmente o procurador-geral.⁴ Se houvesse eleições livres na Hungria, afirmava Lukács, o Partido Comunista, que estava no poder, receberia entre 5% e 10% dos votos; este, segundo ele, era o resultado da política conduzida havia anos pelo regime de Rakosi.⁵

Não pretendemos nos demorar mais sobre a história rocambolesca e trágica do processo Harich-Janka, que terminou com pesadas penas de prisão. Os excessos do promotor, que a certa altura chegou a acusar Lukács de ter convocado as tropas da Otan contra o exército soviético,⁶ eram uma prática corrente na justiça de tipo stalinista. Também eram rotineiras declarações como as feitas por Johannes Becher, durante uma coletiva de imprensa em fevereiro de 1957. Sem deixar de homenagear o “*historiador da literatura*” Lukács, o ministro agora o repreendia por ter realizado uma ação “*dissolutora*” junto ao Círculo *Petőfi* e, assim, apoiado a contrarrevolução. Interrogado sobre a sorte do filósofo, Johannes Becher assegurou aos jornalistas que ele se encontrava em casa, em Budapeste, e que se retirara da vida pública para se dedicar ao projeto de escrever uma *Ética*.⁷ Enquanto acontecia a coletiva de imprensa, Imre Nagy e seu grupo, entre os quais se encontrava Lukács, eram deportados para a Romênia. Pouco tempo depois, na Hungria, como na RDA e como em todos os países ditos socialistas, a violenta campanha da imprensa contra o Lukács “*revisionista*” se desencadearia.

Esse episódio dos anos 1956-1957, brevemente evocado, mostra bem a que estava exposto um filósofo marxista que desejasse harmonizar seus princípios e sua ação; esse episódio pode servir de introdução à nossa discussão.

Seria arriscado dizer que o colapso do mundo comunista teria surpreendido Lukács. O autor de *Para uma ontologia do ser social* considerava que os regimes da

Becher e Janka implementassem o plano, estava entre o público da sala no momento da acusação; ela teria ouvido, com os olhos baixos, sem levantar o menor protesto.

⁴ Walter Janka, *op. cit.*, p. 90.

⁵ A declaração de Lukács foi citada por Tibor Meray em seu livro *Budapest: 23 octobre 1956*, Robert Laffont, 1961, p. 280: “*O comunismo está totalmente comprometido na Hungria. Certamente serão agrupados em torno do Partido círculos intelectuais progressistas, escritores, alguns jovens. A classe trabalhadora, por sua vez, seguirá os social-democratas. Nas eleições livres, os comunistas obteriam cinco, no máximo dez por cento dos votos. Provavelmente não comporão o governo, e passarão à oposição [...]. Mas o Partido vai existir, vai salvar sua ideia, vai se tornar um centro intelectual e, daqui a alguns anos, quem sabe?*”

⁶ Walter Janka, *Spuren eines Leben*, p. 368.

⁷ *Ibid.*, p. 271.

Europa Oriental, imobilizados em seu triunfalismo e afetados pela indigência estrutural, estavam condenados ao fim, e que era necessário reformá-los profundamente com urgência para preservar a alternativa de um futuro socialista. Trata-se do próprio sentido da luta travada pelo filósofo durante seus últimos quinze anos de vida, mantendo-se fiel ao compromisso assumido na juventude. Para tanto, era preciso atingir o mal na raiz, em outros termos, enfrentar o descaminhamento de um ideal de liberdade, de emancipação e de justiça por parte dos regimes que pretendiam servi-lo. Alimentando a convicção, em certo sentido, premonitória, de que essa perversão do marxismo chamada stalinismo representa um perigo mortal para a causa do socialismo, o filósofo se pôs a denunciar apaixonadamente o abismo que separava a teoria e a prática de Stalin do espírito marxiano.

A importância do combate levado a cabo por György Lukács durante o último período de sua vida foi, até o presente, amplamente subestimado. E hoje, após a queda de regimes carcomidos, que de socialistas só tinham o nome, um seguidor fiel de Marx não corre o risco de ser considerado como um modelo de clarividência. É preciso seguir, em seus escritos, as pistas desse combate para poder julgá-lo.

Entre 1956 e 1971, ano de sua morte, ele se voltou, tanto em textos pontuais ou especialmente dedicados ao problema da democracia quanto em suas grandes obras teóricas, ao fenômeno stalinista, que infestava, segundo ele, até as raízes o movimento comunista. Encontramos essa preocupação desde suas intervenções nos debates do Círculo *Petőfi*, passando pelo *post scriptum* de “Meu caminho para Marx”, publicado em 1957 na revista *Nuovi Argomenti*; pela *Carta a Alberto Carocci*, publicada em 1962, na mesma revista; por *Socialismo e democracia*, pequena obra redigida em 1968, até as grandes obras como a *Estética* e *Para uma ontologia do ser social*, em que o problema é debatido no nível de uma concepção de conjunto da vida social. Isso mostra o quanto ele apostava alto no debate. Nem Ernst Bloch, nem Henri Lefebvre, nem Louis Althusser, entre os filósofos marxistas contemporâneos, assombrados inevitavelmente pelo fantasma do stalinismo, desenvolveram uma reflexão tão aprofundada sobre a natureza do fenômeno.

Duas razões foram determinantes para que Lukács dedicasse tanta energia a esse problema. A primeira, de ordem mais geral, estava ligada ao destino do movimento comunista internacional; a segunda, mais pessoal, estava intimamente ligada à sua própria história.

No plano geral, Lukács estava convencido de que, longe de ser um fenômeno histórico passageiro, circunscrito à vida daquele que lhe deu o nome, o fenômeno do stalinismo, tornado *forma mentis*, devastaria, ainda por muito tempo, o movimento comunista internacional. Buscando as motivações teóricas de certas ações políticas pontuais de Stalin, ele pôde distinguir certa coerência em sua atividade, situada em oposição ao espírito autenticamente dialético. Dito de outro modo, ele remonta às origens *filosóficas* do stalinismo – se é esta a palavra apropriada para designar uma reflexão tão primária – e intenta demonstrar que, além de uma prática política, ele [o stalinismo] é um conjunto de visões teóricas e um método de pensamento, que ao longo das décadas deturpou o sentido original do comunismo.

No plano mais pessoal, Lukács, vinculado havia mais de meio século ao movimento comunista, foi até certo ponto um protagonista do período de Stalin e, em todo caso, testemunha de destaque. As revelações de [Nikita] Khrushchov não poderiam deixar de atingi-lo. Em primeiro lugar, colocava-se a seguinte questão: quais relações havia entre seus escritos redigidos durante o período stalinista (em sua maior parte publicados em Moscou na década de 1930 e início dos anos 1940) e o clima ideológico então reinante na União Soviética? Em seguida, levantava-se outra questão: como ele havia atravessado aqueles anos terríveis? A formidável máquina de perversão stalinista não deixou moralmente ilesos aqueles que nela não perderam sua vida. Não faltaram críticas e acusações contra ele. Ele deveria se explicar. E, de fato, suas análises do stalinismo implicam também respostas às perguntas mais pessoais que lhe foram feitas. Ele dedicou, ainda, um texto especial à história de suas relações com Stalin e o stalinismo, em que oferece seu ponto de vista sobre esse aspecto importante de sua biografia política e intelectual.⁸

Lukács é o típico exemplo do intelectual comunista com trajetória complexa, que se encontrou muitas vezes no fogo cruzado. Por um lado, ele foi vilipendiado como “*revisionista*”, acusado de inventar o conceito de *stalinismo*, “*uma ficção não científica*”, e de utilizar “*o combate contra o stalinismo*” para levar a cabo uma revisão do leninismo e, devido às circunstâncias de 1956, para “*reunir e desencadear o ataque das forças contrarrevolucionárias*”;⁹ por outro, foi censurado por ser um intérprete

⁸ G. Lukács, “Sozialismus als Phase radikaler, kritischer Reforme”, *Enzyklopädisches Stichwort*, posfácio, datado de 20 de novembro de 1969, para a coletânea *Marxismus und Stalinismus, Politische Aufsätze, Ausgewählte Schriften*, IV Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, 1970, pp. 235-240.

⁹ Cf. Andras Gedö, “Zu einigen theoretischen Problemen des ideologischen Klassenkampfes der

dócil das injunções stalinistas, interiorizando-as até o ponto de sublimá-las em seu discurso crítico e filosófico (esse é o sentido, por exemplo, do artigo que Isaac Deutscher dedicou, em 1966, aos estudos de Lukács sobre Thomas Mann). Mesmo aqueles que admiravam e respeitavam sua obra consideraram que, durante a estada na União Soviética, ele se dobrou às exigências oficiais.

Seria interessante, parece-nos, determo-nos primeiro sobre as reações do próprio interessado diante dessas repreensões.

Em abril de 1961, Frank Benseler, seu editor, enviou-lhe o prefácio que Peter Ludz escreveu para uma coletânea de textos seus. Sociólogo e politólogo alemão, autor de duas outras antologias de textos de Lukács, Ludz afirmava em seu prefácio que o filósofo, durante o exílio na União Soviética, havia se sacrificado temporariamente à “*degradação do pensamento teórico marxiano por Stalin*”. Lukács rejeita energicamente essa asserção como “*falsa*”. E, um dado bastante significativo, ele recusa a periodização de sua atividade proposta por Ludz, que distinguia um quarto e um quinto períodos para estabelecer uma clivagem, melhor dizendo, uma oposição entre o período de 1930-1955 e o seguinte. Não há nenhuma razão, explicou ele a Frank Benseler, para fazer “*uma distinção de princípio*” entre os escritos desses dois períodos, que compartilhavam do mesmo espírito. A única diferença era, segundo ele, que após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), ele pôde expressar abertamente ideias que antes era obrigado a transcrever em linguagem cifrada: “*Zwischen der vierten und der fünften Periode ist also kein prinzipieller Unterschied, bloss der, dass nach dem 20. Kongress man Dinge offen aussprechen konnte, über die man früher nur in versteckten Anspielungen, in geschickten Gruppierungen reden konnte*” (“*Entre o quarto e o quinto períodos não há nenhuma diferença de princípio, a não ser que após o 20º Congresso foi possível expressar abertamente as coisas que anteriormente só podíamos dizer com alusões veladas e agrupando-as com habilidade*”).¹⁰

Ao contrário de seus numerosos críticos e adversários, Lukács considerava que seus escritos do período em questão tinham um caráter fundamentalmente anti-

Gegenwart”, no volume *Georg Lukács und der Revisionismus*, Berlim, Aufbau Verlag, 1960, pp. 32-36; Hans Koch, *Theorie und Politik bei Georg Lukács*, no mesmo volume, p. 135.

¹⁰ G. Lukács, Carta inédita de 27 de abril de 1961 a Frank Benseler; consultada por nós nos Arquivos-Lukács de Budapeste.

stalinista. Em *Questões de método*, obra redigida em 1957, ano bastante movimentado para Lukács (ele acabara de passar seis meses deportado), Sartre afirmou como algo evidente que o filósofo carregava nas costas “*vinte anos de prática*” de um marxismo enrijecido, tipicamente stalinista, e acrescentou ironicamente que, por essa razão, ele estava em condições adequadas para falar da pseudofilosofia stalinista como sendo um “*idealismo voluntarista*”.¹¹ Um ano mais tarde, Adorno reiterou as mesmas críticas em “Reconciliação extorquida” (*Erpresste Versöhnung*), acusando Lukács de ter rebaixado “*sua potência de pensamento, manifestamente inalterada, ao nível lamentável do ‘pensamento’ soviético, que degradou a filosofia [...] a um simples instrumento de dominação*”.¹² Mas houve também intervenções, é verdade que mais escassas, a seu favor. Em uma carta a Benseler, de 7 de dezembro de 1963, Lukács evocou, nesse sentido, o estudo de Leo Kofler, publicado em Colônia em 1952, em plena Guerra Fria, *Der Fall Lukács: Georg Lukács und der Stalinismus*. Foi a primeira tentativa de apresentá-lo em uma relação antinômica com o poder stalinista. O autor do estudo apreendia, segundo ele, o essencial do problema e se encontrava muito mais próximo da realidade.

Na mesma carta, Lukács listou artigos e estudos, publicados durante seu período moscovita, que iam de encontro à linha oficial. Ele recordou, por exemplo, seu estudo intitulado “Tribuno do povo ou burocrata?” (*Volkstribun oder Bureaukrat?*), publicado em 1940, e que Leo Kofler também havia destacado, como sendo, em substância, “*um ataque frontal, naturalmente em linguagem cifrada, contra a burocracia stalinista no domínio da cultura*”.¹³

Contra aqueles que o acusaram de “*esposar todas as sinuosidades da linha stalinista*” – a fórmula pertence a um exegeta recente, Alain Brossat,¹⁴ mas esse tipo

¹¹ Jean-Paul Sartre, *Questions de méthode*, 1960, idée, Gallimard, p. 41.

¹² Theodor W. Adorno, *Notes sur la littérature*, 1984, Flammarion, pp. 171-172.

¹³ G. Lukács. Carta de 7 de dezembro de 1963 a Frank Benseler; carta inédita, consultada por nós nos Arquivos-Lukács.

¹⁴ Alain Brossat, “Brecht et Lukács, staliniens en situation”, *L'Homme et la société*, 1988, p. 100. O autor do artigo constrói por vezes cenários fantasiosos para justificar sua tese sobre a caução conferida por Lukács ao stalinismo. Ele afirma, por exemplo, que Lukács havia sido detido pela NKVD “à época do idílio entre Stalin e Hitler” em razão de sua atitude favorável à Frente Popular antifascista. Brossat erra a data; Lukács foi detido em Moscou pela polícia secreta de Stalin em 29 de junho de 1941, uma semana após a invasão da União Soviética pelas tropas alemãs. Ele foi acusado de ser um agente da polícia política hortysta e, ao mesmo tempo, “*trotskista*”. O oficial da NKVD encarregado da investigação, para quem “*esquerdismo*” e “*trotskismo*” eram sinônimos, pensava que a crítica endereçada por Lênin a Lukács, em 1920, era a prova de seu “*trotskismo*” precoce... Na verdade, Lênin reprovara sua atitude “*esquerdista*” concernente à questão da participação dos comunistas nos parlamentos. Cf. G. Lukács, *Pensée vécue*. Mémoires parlées, 1986, L'Arche, p. 137.

de crítica já era difundida havia muito tempo –, Lukács invocou os textos escritos em momentos particularmente sensíveis como, por exemplo, *Aktualität und Flucht*, publicado em 1941, época da “confraternização” germano-soviética, ou *Über Preussentum*, datado de 1943, que não encontrou espaço em nenhuma publicação soviética, e por um bom motivo. No primeiro desses textos, ele denunciava os críticos literários nazistas que exigiam uma eufórica “*literatura de guerra*”; seu “*combate antifascista*”, ele recordava a Benseler, foi mantido mesmo na época do “pacto”. O segundo texto, no qual fazia a distinção entre o espírito da velha Prússia e a barbárie nazista em uma análise memorável, ia claramente de encontro aos *slogans* da propaganda soviética, que a atrocidade da guerra tornou ainda mais simplificadores. Redigidos, por vezes, em linguagem cifrada, esses textos não implicavam nada menos que uma “diferença” em relação à linha oficial.

Admirador do realismo, crítico da vanguarda e defensor do realismo socialista, Lukács não poderia escapar à acusação de conformismo estético. Não apenas o acusaram muitas vezes de haver feito suas as orientações fundamentais da crítica soviética da época, como de haver tentado enobrecê-las com sua análise e sua argumentação, que estavam situadas em um nível sensivelmente diferente daquele dos escribas stalinistas.

Lukács refutava tal acusação, baseada em um lamentável mal-entendido. Uma distância incomensurável separava, a seus olhos, a “*politização*” forçada da literatura, praticada pela crítica soviética, e sua própria estética do realismo. Na aludida carta a Frank Benseler, de 27 de abril de 1961, ele faz referência a Jürgen Rühle, exemplar nesse discernimento. No seu livro *Literatur und Revolution*, publicado no início dos anos 1960, ele notava que, de fato, as semelhanças entre a posição de Lukács e aquela dos defensores do realismo socialista eram “*periféricas*” e que na realidade sua estética se situava como antípoda à linha oficial. Para sustentar essa tese, não faltavam argumentos ao filósofo: ele recordava que seu segundo livro traduzido para o russo, *Sobre a história do realismo*, publicado em Moscou em 1939, suscitou uma tempestade na imprensa soviética: nada menos que quarenta artigos hostis. Ele acrescentava que, dez anos mais tarde, os ideólogos de Rakosi utilizariam contra ele, durante um primeiro “caso Lukács”, montado quase simultaneamente ao processo Rajk, o mesmo tipo de argumentos que os críticos soviéticos dos anos 1939-1940.

Julgadas em perspectiva histórica, as teses expostas pelo filósofo nos seus

escritos da década de 1930 sobre o “*triunfo do realismo*” apareciam como uma defesa sub-reptícia da autonomia da literatura e da imaginação criadora contra toda injunção ideológica, compreendido nela o discurso dos próprios escritores. O autor do ensaio “Tribuno do povo ou burocrata?” professava a ideia de que cada obra literária se desenvolvia a partir de um núcleo, um foco irradiador de caráter necessariamente *utópico*, os preconceitos ideológicos e os laços empíricos dos escritores sofreriam no ato da criação uma transformação radical; era uma provocação lançada contra os burocratas da literatura, que se esforçavam por fazer da arte um instrumento de propaganda e prescrever regras a ela.¹⁵

Autores como Leszek Kołakowski ou, mais recentemente, David Pike e Arpad Kadarkay empreenderam sua guerra fria contra o “*stalinismo*” de Lukács sem considerar o que distingue sua argumentação da linha soviética oficial, atendo-se a procurar unicamente as semelhanças. Nenhum deles parece ter lido seus escritos sobre o realismo dos anos 1930 à luz das análises propostas pelo filósofo em sua grande *Estética* (1963); apesar da continuidade entre os dois períodos (que, aliás, faz cair por terra toda especulação conjuntural), tal leitura não deixaria de tornar mais difícil a redução da estética lukácsiana aos esquemas típicos do stalinismo.

Harold Rosenberg se recorda, em um artigo, todavia, bastante crítico a Lukács (publicado quando do lançamento do livro *Realismo crítico hoje* em inglês), a forte impressão que lhe causou, nos anos 1930, a leitura de certos ensaios do filósofo, particularmente “A fisionomia intelectual na figuração artística”, publicado em 1936 pela revista *Internationale Literatur*. À época, Harold Rosenberg foi atingido pelas considerações sobre “*o difícil problema das relações entre o intelecto e a intuição*” na criação de personagens literárias. Lukács sublinhava em seu ensaio a importância da “*fisionomia intelectual*” graças à qual o escritor pode concretizar e amplificar as vivências e os movimentos puramente intuitivos das personagens. Ele se opunha vigorosamente à literatura que se atém à superfície do real e à vivência naturalista. A exigência de “*intelectualização*” e a defesa da ideia segundo a qual as situações literárias são, por sua natureza, excepcionais era uma condenação implícita das ilustrações ideológicas e dos chavões naturalistas que comandavam as letras

¹⁵ O escritor inglês John Berger se mostrou particularmente sensível às análises lukácsianas dedicadas aos “diferentes níveis da espontaneidade” e, particularmente, ao “ponto de Arquimedes” das grandes obras (é assim que Lukács chamou o foco irradiador de caráter utópico) e à oposição decidida entre naturalismo e realismo. Cf. a carta de 6 de abril de 1965 de Berger a Lukács, no Arquivo-Lukács.

soviéticas. Mas seu ensaio visava também, explicitamente, a autores como Nikolai Pogodin, F. Panferov e até Alexandr Fadeev e Ilya Ehrenburg, que não alcançavam a fusão entre a riqueza intuitiva das personagens e a reflexão em um conjunto estético. Rosenberg dava então boas razões para apreciar esse ensaio: “[...] *Eu admiro há muito tempo a teoria da ‘fisionomia intelectual’, bem como seu autor, admiração confirmada pela resistência de Lukács ao ‘realismo socialista’ do período stalinista e por sua prisão, aos 70 anos, pelos russos durante o levante húngaro*”.¹⁶

Testemunhos desse tipo, que atestam a atitude estruturalmente anti-stalinista de Lukács nos anos 1930, são raros. Para Leszek Kołakowski, David Pike e Arpad Kadarkay não há dúvida: durante seu exílio na União Soviética, não apenas ele apoiou a linha política de Stalin, como integrou em seus escritos o espírito funesto do ditador. Nenhum desses autores percebeu o caráter anticonformista dos ensaios sobre o realismo, e todos opõem uma objeção de admissibilidade à ideia de que existiria uma continuidade entre o espírito de seus escritos moscovitas e a condenação do stalinismo que ele expressa abertamente a partir de 1956. Não obstante, os esclarecimentos feitos pelo filósofo sobre a natureza do fenômeno stalinista permitem lançar um novo olhar sobre sua atividade durante os anos passados em Moscou.

Em um de seus últimos textos dedicados ao stalinismo, Lukács escreve: “*Ich glaube ruhig sagen zu können, dass ich objektiv ein Gegner der Stalinschen Methoden war, schon als ich selber noch glaubte, Stalin anzuhängen*” (“*Eu creio que posso dizer com toda tranquilidade que era objetivamente um adversário dos métodos stalinistas, mesmo quando eu ainda acreditava apoiar Stalin*”).¹⁷ Ele seria, então, um adversário de Stalin mesmo à época em que acreditava ainda ser seu partidário. Essa afirmação, que pode parecer paradoxal, merece ser confrontada com a realidade.

Lukács nunca escondeu o fato de que, após a morte de Lênin, ficou ao lado de Stalin na controvérsia sobre a possibilidade de construir o socialismo em um só país, *id est* na União Soviética. Contrariamente à tese sustentada hoje por diferentes historiadores, segundo os quais a Revolução de Outubro teria sido um golpe organizado por uma minoria, Lukács nutria a convicção de que as massas populares haviam levado os bolcheviques ao poder em 1917. Sua vitória seria explicada por

¹⁶ Harold Rosenberg, “Georg Lukács et la troisième dimension”, *Les Temps Modernes*, novembre, 1964, p. 918.

¹⁷ G. Lukács, *Marxismus und Stalinismus*, *op. cit.* pp. 239-240.

razões históricas; eles queriam pôr fim à guerra e dar terra aos camponeses, duas reivindicações das mais amplas massas, que não podiam mais esperar. Sob a pressão da realidade, Lênin então se afastou de Marx, que previu a possibilidade de edificar o socialismo apenas a partir de uma economia capitalista desenvolvida, para começar sua construção unicamente na União Soviética. Foi com base nessa ideia de Lênin que, certo ou errado, Lukács aderiu na década de 1920 aos argumentos de Stalin, contra a opinião de Trotsky e seus partidários. Em seu texto *Socialismo e democracia* (escrito quando a Europa era agitada pelos graves eventos do verão-outono de 1968), Lukács, sem deixar de aprovar o projeto de construção do socialismo em um só país, sublinha os severos limites históricos da ação de Stalin. Analisando o período que, após a morte de Lênin, consagrou a vitória de um personagem tão despótico e ardiloso contra seus adversários, ele, todavia, considera que todos, carrascos e futuras vítimas, cometeram o mesmo erro. Obnubilados pelas questões econômicas (“a acumulação primitiva socialista” a fim de assegurar uma base econômica à sociedade futura), eles negligenciaram os grandes problemas políticos e, principalmente, a democratização do regime, condição *sine qua non* para frear o processo de burocratização.¹⁸

Se Lukács sempre defendeu apaixonadamente Lênin contra aqueles que atribuíam a ele a origem dos métodos empregados por Stalin, é porque ele distinguia uma oposição irreduzível entre os princípios que haviam inspirado a ação do primeiro, e a prática fundamentada em rudimentos de princípios do segundo. Hoje, quando a criminalização de Lênin se tornou moeda corrente, o empreendimento de Lukács, que julgava urgente estabelecer essa distinção, pode ser visto como anacrônico. Parece-nos, pelo contrário, que suas análises e seus argumentos merecem que nos detenhamos sobre eles.

Um episódio de sua biografia intelectual pode nos ajudar a melhor compreender as relações bastante particulares do filósofo com Stalin e o espírito de sua política, vistas à luz de sua grande simpatia pela ação de Lênin, aqui compreendida no campo da filosofia.

No início da década de 1930, Stalin organizou em Moscou um debate filosófico que se encerrou com o repúdio da escola de Deborin¹⁹ e da interpretação

¹⁸ Cf. O capítulo intitulado “La victoire de Staline sur ses rivaux” em *Socialisme et démocratisation*, 1989, Messidor/Éditions sociales, pp. 69-80.

¹⁹ Abram Moiseyevich Deborin (1881-1963), filósofo e membro da Academia Soviética de Ciências a

plekhanoviana do marxismo. Utilizando a ortodoxia leninista como estandarte, o mestre de obras estabeleceu, por meio de uma deliberação aparentemente livre, sua influência sobre a filosofia (além disso, ele interveio pessoalmente na discussão). Perfeitamente consciente do caráter tipicamente stalinista desse debate, Lukács não concedeu um julgamento menos favorável aos seus resultados; mais de uma vez, ele afirmou que as conclusões a que chegou nessa ocasião tiveram um efeito positivo sobre sua atividade.

Essa atitude não deixou de atrair críticas. Mesmo aqueles que se defendem de atribuir a ele “*a menor responsabilidade na legitimação teórica do stalinismo*” consideram que, nesse caso, ele havia dado aval à instauração de uma ideologia de estado. Georges Labica escreveu a respeito da canonização do marxismo-leninismo na União Soviética: “*A singular cumplicidade filosófica entre Stalin e Lukács, entre o homem de estado e o filósofo, é reveladora de uma trama maior da instauração do marxismo-leninismo. A categoria da universalidade subsume aquelas do absoluto e da totalidade*”.²⁰

Desconcertante, de fato, a posição de Lukács. Será que sua satisfação diante certas orientações impressas pelo ditador à filosofia soviética, no início dos anos 1930, implica a aprovação do stalinismo enquanto doutrina e prática política? Tomada distância histórica, podemos certamente recriminá-lo pelo fato de ter subestimado as consequências dessa vitória manipulada sobre as atividades do espírito. Mas, ainda à distância histórica, não podemos deixar de observar que as conclusões do debate seguiam o sentido de seu próprio itinerário. A rejeição da “*ortodoxia plekhanoviana*”, o fato de conceber o marxismo como uma filosofia radicalmente *nova*, de vocação universal, e a valorização da contribuição de Lênin pareciam ser opiniões comuns ao “homem de estado” e ao “filósofo”, o que autorizava este último a se declarar satisfeito; a realidade demonstrará que eles não haviam feito a mesma opção.

Lukács considerava que Plekhânov superestimou a influência de Feuerbach sobre o jovem Marx, no processo de forjar sua própria filosofia.²¹ Defender a interpretação

partir de 1929 [N.T.].

²⁰ Georges Labica, *Le marxisme-léninisme*, 1984, Paris, Editions Bruno Huisman, pp. 70 ; 72.

²¹ Ver o prefácio escrito por Lukács, em 1967, para a reedição de seu livro *História e consciência de classe*, *Werke, Frühschriften II, Geschichte und Klassenbewusstsein*, Vorwort, 1968, Neuwied und Berlin, Luchterhand, p. 23; cf. também *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*, 2 Halbband, *Werke*, Band. 14, p. 566.

de Lênin contra a de Plekhânov era, para Stalin, uma forma de manifestar sua “ortodoxia”; para Lukács, era uma forma de recuperar a herança hegeliana, de sublinhar a importância do grande filósofo (ocultada pelo excesso de “feuerbachianismo”) na gênese do marxismo (hoje não escapa a ninguém o aspecto antimecanicista dessa posição).

A leitura dos escritos filosóficos do jovem Marx (mais tarde escondido a sete chaves pelos stalinistas) determinou, naquela época (1930-31), uma verdadeira reviravolta na reflexão de Lukács. Sua nova interpretação do pensamento de Marx impôs-lhe também um exame crítico da concepção de Mehring, simétrica àquela de Plekhânov. Em sua autobiografia, *Gelebtes Denken*, ele revela a inspiração comum a essas duas etapas críticas, ambas beneficiárias do debate filosófico do início dos anos 1930.

Ao defender, contra Mehring e Plekhânov, a ideia de que o marxismo era mais que uma mera interpretação “sociológica” da história, à qual era necessário aditar uma psicologia e uma teoria autônoma das atividades do espírito (que o primeiro buscava, para seus escritos de crítica literária, em Kant, e o segundo, nos positivistas), Lukács lhes contrapunha um conceito da *universalidade filosófica* do marxismo, que se revelará, por seu caráter antirreducionista, um inimigo formidável da vulgata stalinista. As potencialidades dessa concepção eminentemente *filosófica* do pensamento de Marx se realizariam plenamente nas grandes obras escritas por Lukács no final de sua vida, a *Estética* e a *Para uma ontologia do ser social*, mas os fundamentos dessa abordagem aparecem claramente em seu trabalho a partir do início dos anos 1930.²²

O paradoxo da situação merece ser destacado. Lukács se vinculou com convicção às conclusões da discussão filosófica patrocinada por Stalin, pois a ideia de que o pensamento de Marx tinha sua coerência e sua autonomia filosófica em relação às filosofias anteriores lhe parecia perfeitamente precisa. O marxismo não era, para ele, uma mescla de determinismo econômico e interpretação “sociológica” das atividades do espírito. Mas é justamente sua concepção sobre a autonomia filosófica do marxismo que o levará a denunciar o marxismo institucionalizado da União Soviética e (ironia do

²² Cf. Guido Oldrini, “Le basi teoretiche del Lukács della maturità”, no volume *Il marxismo della maturità di Lukács*, a cura di Guido Oldrini, 1983, Napoli, Prismi, pp. 65-90, e, do mesmo autor, “Le mythe du jeune Lukács”, em *Réification et utopie. Ernst Bloch & Georg Lukács un siècle après. Actes du colloque* Goethe Institut, Paris 1985, Actes Sud, 1986, pp. 122 ss.

destino!) a agravada recaída nos erros mecanicistas e deterministas de Plekhânov.

Há uma continuidade evidente entre, por exemplo, o estudo sobre Franz Mehring, redigido em 1933 (o primeiro grande texto teórico que publicou após o regresso à União Soviética), e a visão expressa na *Estética* e em *Para uma ontologia do ser social*. Dado o caráter eminentemente antisstalinista dessas últimas obras, essa continuidade torna-se a melhor prova do fato de que, segundo suas próprias palavras, Lukács era um adversário de Stalin ainda na época em que acreditava ser seu partidário.

Se a ideia de que o pensamento de Marx se articula em um conjunto sistemático de categorias, que abarca as diferentes esferas do ser e que tem vocação universal, já aparecia nos textos datados de 1933, como o aludido texto sobre Mehring (ele representa “*uma mudança completa da filosofia*” – “*eine vollständige Umwälzung der Philosophie*”, escreveu),²³ mas também em um texto anterior, de 1931, dedicado ao debate de Marx e Engels com Lassalle a respeito da tragédia *Franz von Sickingen*, o desenvolvimento que ela conhecerá mais tarde apenas aumentará a lacuna que separou, desde o início, sua interpretação do “materialismo dialético” da escolástica stalinista.

Após 1956, Lukács retornou várias vezes à ideia de que sua atividade, durante os anos passados em Moscou, implicava uma resistência objetiva à ideologia oficial, tese fortemente contestada, como vimos, por muitos de seus críticos, de David Pike e Giuseppe Bedeschi a Leszek Kołakowski e Arpad Kadarkay. Teria o filósofo idealizado seu passado, retendo dele apenas o que pudesse reforçar sua imagem de resistência e apagando atos de adesão ou mesmo de cumplicidade?

A fim de facilitar um debate que não tem como evitar reacender paixões ideológicas, propomos, como se poderá ver, uma abordagem que leva em consideração a estrutura do pensamento de Lukács, a morfologia e a sintaxe de suas ideias, e que questiona os aspectos de continuidade e descontinuidade de sua obra.

Nos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, seu último texto filosófico, redigido no outono de 1970, Lukács se detém sobre o famoso capítulo IV da *História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*, no qual Stalin expõe “os traços” do materialismo dialético e do materialismo histórico, e enfatiza a incompatibilidade entre

²³ G. Lukács, “Franz Mehring (1846-1919)”, *Werke*, Band 10, 1969, Neuwied und Berlin, Luchterhand, p. 350.

este catecismo do “*marxismo-leninismo*” oficial e o espírito do pensamento marxiano. O fundamental historicismo de Marx, ancorado ontologicamente na ideia da historicidade do ser e de suas categorias, acomodava-se mal ao lado da codificação em um sistema *fechado* de categorias, que se tratava “de aplicar”, indiscriminadamente, às diferentes regiões do ser. A própria fonte do dogmatismo stalinista, e de modo mais geral uma *forma mentis*, era assim denunciada. A tese segundo a qual o “*materialismo histórico*” não seria mais que uma “*extensão*” e uma “*aplicação*” dos princípios universais do “*materialismo dialético*” não guardava nenhuma relação com Marx, pois a própria ideia de uma “*aplicação*” de princípios invariáveis contradizia a historicidade consubstancial de seu pensamento. Além disso, o próprio Marx jamais havia usado a expressão “*materialismo dialético*”, observava Lukács, que via nisso uma recusa em se encerrar em um “*sistema*” fechado de categorias, à maneira da filosofia antiga.²⁴

Ao estigmatizar o dogmatismo stalinista, Lukács abriu caminho para seu próprio desenvolvimento filosófico: a interpretação do pensamento de Marx como uma *ontologia*. A rejeição do reducionismo stalinista baseava-se na ideia de que um pensamento verdadeiramente ontológico não pode abstrair a diferenciação e a heterogeneidade das regiões do ser, cada uma com suas categorias específicas, de modo que é impossível encerrar esta riqueza categorial em um sistema de princípios imutáveis.

No próprio corpo de *Para uma ontologia do ser social*, Lukács levanta outra questão importante a propósito dos erros teóricos de Stalin. Trata-se da “*naturalização*” da economia, mais precisamente da tendência a olhar para a atividade econômica como um domínio submetido a um rígido determinismo, governado por leis quase naturais. (Na prática do stalinismo, as atividades da vida espiritual, nas quais, teoricamente, a liberdade de escolha e a flexibilidade eram incomparavelmente maiores, seriam tratadas como simples auxiliares do poder.) O erro de haver tratado a economia como uma “*segunda natureza*”, mais precisamente como um campo de forças puramente materiais, no qual a consciência apenas desempenha o papel de agente executivo, foi igualmente compartilhado pelos marxistas da Segunda Internacional e por Plekhânov. Tais aproximações podem surpreender, embora Lukács

²⁴ G. Lukács, *Prolegomena zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins, Werke*, Band 13, 1984, pp. 276-277.

tenha se voltado mais de uma vez aos pontos comuns entre o dogmatismo de Stalin e a concepção que personalidades, por sua vez, tão diferentes dele, como Plekhânov ou certos representantes da social-democracia do período anterior à Primeira Guerra Mundial, tinham do marxismo.²⁵

Assim como as outras atividades humanas, a atividade econômica é guiada pelo finalismo da consciência; também ela possui um caráter “*ideal*”, e não puramente físico. Ao sublinhar essa ideia, Lukács destacou fortemente o caráter teleológico e a dimensão “*humana*” por excelência, e não “*natural*”, dos atos econômicos. As críticas formuladas ainda em um artigo de 1925, dirigido contra Bukharin, que em seu manual do *Materialismo histórico* identificava abusivamente *economia* e *técnica*, são retomadas e ampliadas na discussão das teses stalinistas. Lukács submete a uma análise cerrada a tendência de Stalin a tratar a economia como um objeto puro, no qual há espaço apenas para o cálculo e a manipulação, e a ocultar os valores subjacentes à razão econômica (irreduzível à razão tecnológica) e, sobretudo, sua interação com outros tipos de valores, aqui compreendidos os éticos.

O filósofo se empenhará em demonstrar, nos seus últimos escritos, que a prática política do stalinismo não teria sido possível sem dissimular o pensamento de Marx em um determinismo raso e rígido. A visão monolítica de Stalin era pouco compatível com uma concepção flexível e pluralista dos complexos sociais, que fazia justiça à sua heterogeneidade e à desigualdade do seu desenvolvimento; ele deveria necessariamente empobrecer o pensamento de Marx e esvaziar sua substância.

Um dos pontos fortes de sua crítica do stalinismo é precisamente a análise das teses expostas por Stalin em seu último escrito teórico, *Os problemas econômicos do socialismo na URSS*, publicado em 1952. Em *Socialismo e democratização*, Lukács mostra que, ao negar à lei do valor um alcance universal, Stalin limitou sua ação à esfera da produção de mercadorias, o que distorceu o pensamento de Marx, que considerava que a lei do valor permanecia decisiva em qualquer sociedade, compreendida aí a socialista; do mesmo modo, ao contestar a legitimidade do conceito de “*trabalho excedente*” no quadro de uma economia fundada sobre a socialização dos meios de produção, Stalin dissimulou grosseiramente o pensamento de Marx com o objetivo tático de validar sua concepção puramente manipulatória da “*superioridade*

²⁵ Ver, por exemplo, *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*, 2 Halbband, *Werke*, Band 14, 1986, p. 322.

do socialismo". A eliminação da noção de "*trabalho excedente*" por um golpe teórico levava necessariamente ao "*socialismo de caserna*", pois a questão central da democracia no socialismo se ligaria diretamente ao controle dos "*produtores associados*" sobre o "*trabalho excedente*". Ao insistir na ideia de que o stalinismo é, para além de uma prática política, um conjunto de visões teóricas e uma certa prática ideológica, Lukács afirmou que isto bastava para lhe garantir um lugar de honra na história de descaracterização do marxismo. Ele passou a exigir que se dispensasse aos erros teóricos de Stalin a mesma atenção crítica que se dispensara no passado aos de Proudhon ou de Lassalle.²⁶

Vimos que, ao explorar as raízes teóricas do stalinismo, Lukács encontrou nelas semelhanças com certas visões de Plekhânov ou mesmo com certo "*economicismo*" da Segunda Internacional. Ora, como mostramos também, ele já havia defendido no início dos anos 1930 (e, conseqüentemente, ao longo de todo o seu "*período stalinista*") uma interpretação de Marx distinta daquela feita por Plekhânov e Mehring. Tinha muitos motivos para repreendê-los: uma representação reducionista das relações entre a economia e outros complexos sociais, o "*feuerbachianismo*", a subestimação da herança hegeliana, certa insensibilidade em face das relações indiretas, mais mediadas, entre a ideologia e sua base socioeconômica e o esquecimento da tese marxiana sobre o desenvolvimento desigual dos diferentes complexos sociais. O "*período stalinista*" de Lukács contém, portanto, *in nuce*, as ideias norteadoras de sua grande obra de síntese, *Para uma ontologia do ser social*, em nome das quais ele perseguiria, até o fim de sua vida, o stalinismo até suas últimas trincheiras.

Poder-se-iam fazer iguais observações, *mutatis mutandis*, a respeito de seus escritos de estética e de crítica literária. Ele reprovou, por exemplo, Mehring e, sobretudo, Plekhânov por uma abordagem excessivamente retilínea das relações entre a base econômica e a ideologia e, conseqüentemente, entre as concepções filosóficas dos escritores e a estrutura de suas obras. Sem deixar de testemunhar uma grande estima pela corajosa atividade do marxista alemão Mehring, Lukács achava que, ao analisar as obras de Lessing, Hebbel ou Nietzsche, ele estabelecia correlações muito diretas. As mediações mais sutis da expressão ideológica lhe escapavam; a dialética interna das obras não era suficientemente posta em relevo, sua especificidade estética

²⁶ *Ibid.*, p. 499.

ou filosófica era negligenciada em favor da expressão ideológica direta, a complexidade das relações entre posição histórico-social e sublimação literária ou filosófica, às vezes, sacrificada (como no caso de Hebbel, por exemplo).

Pelo significado conferido por ele à especificidade dos fenômenos literários e seu respeito pelas mediações que separam qualquer produto estético da realidade histórico-social, que lhe serve de ponto de partida, Lukács situou-se como antípoda da politização forçada das artes, cara a Stalin. Durante seu exílio moscovita, ele nunca parou, como vimos, de elaborar a subversão das teses correntes nas publicações soviéticas. Um exemplo, tomado do domínio filosófico, mas que vale também para a crítica literária: ao insistir, no capítulo final de seu livro *O jovem Hegel*, escrito em Moscou entre 1937 e 1938, sobre a distinção hegeliana entre “*espírito objetivo*” e “*espírito absoluto*”, ele lança inesperadamente um ataque contra a “*sociologia vulgar*”. Formas de expressão do espírito absoluto, segundo Hegel, a filosofia e a arte exigem, afirmava ele, uma abordagem em relação a seu condicionamento histórico-social distinta da política ou do direito. Enquanto a estrutura das instituições políticas ou jurídicas, forjadas para atender a necessidades sociais precisas, aparece claramente em relação à realidade histórico-social, o mesmo não ocorre com as obras de arte ou os grandes sistemas de pensamento, cujo *conteúdo de verdade* revela, de modo infinitamente mais sutil, seu ponto de ancoragem, pois a perspectiva dos artistas e dos filósofos se eleva, necessariamente, além da empiria e do pragmatismo; eles adotam para julgar seu tempo um ponto de vista que se quer universal, e ressoam uma *vox humana*, que fala em nome da humanidade. Apoiando-se na distinção hegeliana entre espírito objetivo e espírito absoluto, Lukács denunciou a insuficiência de um ponto de vista estritamente genético (o dos interesses de determinada classe ou grupo social) na explicação de obras literárias ou filosóficas e de sua estrutura. Na contramão do que chamou de “*a sociologia vulgar*” (e que pode ser facilmente identificada com a crítica oficial soviética), Lukács pôs em relevo a especificidade inalienável das grandes criações do espírito, a capacidade dos artistas e dos filósofos de transcender preconceitos e opiniões pessoais para se elevar, por meio da perspectiva de sua consciência criadora, à universalidade.²⁷

Em um de seus últimos textos, redigido em março de 1970, Lukács lembrava

²⁷ G. Lukács, *Der junge Hegel*, 3 Auflage, 1967, *Werke*, Band 8, pp. 626-678. *Le jeune Hegel* trad. fr. par Guy Haarscher et Robert Legros, Gallimard, 1981, vol. 2, pp. 310-317.

que seu ponto de vista sobre a “socialidade” da literatura se opunha frontalmente à concepção por muito tempo dominante no movimento comunista, particularmente na era stalinista: “*Freilich wenn ich hier vom Gesellschaftlichen als Prinzip spreche, so bedeutet dies keineswegs, wie bei der Mehrzahl meiner sozialistischen Zeitgenossen, ein unmittelbares Politisieren, erst recht nicht den Zwang zu einer Stellungnahme zu politischen Tagesereignissen, sondern im Gegenteil: den Anfang einer Differenzierung des dichterischen Gehalts, je nachdem, ob er die Gestaltung des bloss partikulären oder über die Partikularität hinausgehenden Menschen (Typus) ins Auge fasst*” (“É claro que, quando falo aqui do social como princípio, isto não significa de modo algum, como para a maioria dos meus contemporâneos socialistas, uma politização imediata, e certamente não a obrigação de se posicionar sobre os acontecimentos políticos do dia, mas o contrário: o início de uma diferenciação do conteúdo poético, a depender se vislumbra simplesmente representar o particular ou o homem que ultrapassa a particularidade – o tipo”).²⁸

Desde o início da década de 1930, quando estava exilado em Berlim, Lukács se posicionou nas páginas da revista *Die Linkskurve* contra a “literatura proletária” da época, celebrada pelos círculos oficiais do movimento comunista alemão. Tinha em vista os romances de Willi Bredel, de Ernst Ottwalt, de [Hans] Marchwitza (e, na filigrana, “peças didáticas” como *A decisão*, de Bertolt Brecht). Lukács lastimava nesses escritores a ausência de uma consciência democrática mais ampla e de uma sensibilidade para o conjunto dos problemas da sociedade; o sectarismo e a estreiteza de sua perspectiva tinham como resultado, escreveu ele, um “naturalismo proletário”, uma literatura na qual a “reportagem” (e às vezes o “kitsch”) substituía a verdadeira “figuração”. O significado antidogmático desses artigos não escapou aos ideólogos do marxismo oficial, que condenaram firmemente as críticas por ele dirigidas aos representantes da nova “literatura proletária” (cf., por exemplo, os artigos de Hans Koch, o principal porta-voz de Walter Ulbricht no domínio da cultura, no volume *Georg Lukács und der Revisionismus*).²⁹ No polo oposto, David Pike, menos perspicaz que os ideólogos de Walter Ulbricht, considera que, em seus artigos publicados em *Die Linkskurve*, Lukács inicia uma “Selbststalinisierung” (“autosstalinização”) da literatura.³⁰ Stalin fará as suas [críticas], mas críticas deste tipo não deixaram de ser

²⁸ G. Lukács, *Nachwort* in *Essays über Realismus, Werke*, Band 4, 1971, Luchterhand, p. 677.

²⁹ *Op. cit.*, pp. 92; 98-100.

³⁰ David Pike, *Lukács und Brecht*, 1986, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, p. 72.

dirigidas ao filósofo. Recentemente, na biografia que lhe dedicou, Arpad Kadarkay afirma que Lukács sacrificou o melhor de si mesmo no altar do totalitarismo stalinista. Segundo ele, a visão de Lukács sobre a estética teria sofrido uma “*estranha metamorfose*” durante seu exílio moscovita. Como provas, a perda do sentido “*metafísico*” da arte, que o jovem Lukács possuiria, e o impulso do “*historicismo*” que se seguiu à sua reconciliação com a má realidade do stalinismo. Essas provas, Arpad Kadarkay encontrou-as ao comparar duas obras: *Entwicklungsgeschichte des modernen Dramas*, publicada em 1911, e *O romance histórico*, redigido em 1936-1937 e publicado ao longo de várias edições da revista *Literaturnyi Kritik* (1937). Enquanto, na primeira, Lukács destacava, na esteira de Coleridge, o caráter “*não histórico*” das personagens e a vocação “*metafísica*” das peças shakespearianas, na segunda, ele teria cedido a uma visão puramente “*historicista*”, buscando ancorar à força a obra do grande elisabetano aos conflitos de classe da época. A verdade é menos simples. É até bem diferente. Lukács, isto é perfeitamente correto, enfatizou na segunda obra citada por Kadarkay o “*historicismo*” dos dramas shakespearianos. Mesmo depois disso, ele se debruçaria mais de uma vez sobre a conexão entre a obra de Shakespeare e o espírito do Renascimento, o pensamento de Maquiavel, de Étienne de La Boétie, o jovem amigo de Montaigne etc. Mas, ao analisar as obras maduras de Shakespeare em *O romance histórico*, Lukács tem apenas um objetivo: mostrar como o grande dramaturgo consegue se libertar de qualquer fidelidade à história empírica e estilizar conflitos reais, históricos, no sentido de conflitos morais, para se elevar a uma universalidade “*antropológica*”. (Lukács baseou-se, para sua demonstração, na observação de Otto Ludwig sobre o caráter por excelência “*antropológico*” da obra dramática em relação à prosa épica.) Seria “*historicismo*” enfatizar a dialética das paixões humanas em Shakespeare, chamar a atenção para os conflitos éticos em suas peças e mostrar como a matéria histórica, despojada de toda contingência, eleva-se à universalidade? Arpad Kadarkay passa ao largo do que constitui a essência da estética lukácsiana: o emaranhamento entre a análise histórica e a perspectiva estética. A originalidade do autor de quem se ocupa é demonstrar como o *hic et nunc* aparece transfigurado, sublimado em conflitos que nos fazem esquecer o seu real ponto de partida para se elevar a um nível que diz respeito a todo o gênero humano.³¹

³¹ Arpad Kadarkay, *Georg Lukács. Life, Thought and Politics*, 1991, Cambridge, Massachusetts and Oxford, Basil Blackwell, p. 313. Para as análises lukácsianas da obra de Shakespeare, é necessário referir *Der historische Roman, Werke, Band 6, Probleme des Realismus III*, pp. 184-188, assim como *Die*

Mas Arpad Kadarkay, que deseja a todo custo demonstrar que Lukács teria praticado um *sacrifício dell'intelletto* durante seu exílio na União Soviética, produz outro argumento surpreendente. Ele afirma que o autor de *História e consciência de classe* ocultou completamente, durante o acusado período, a importância dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx, que, contudo, lera no Instituto Marx-Engels de Moscou no início dos anos 1930. Escreve ele: “*Even more puzzling: if Marx's Manuscripts made a lasting impact on Lukács, why his virtual silence on them... The reason was that the Manuscripts in the thirties, when Stalin condemned scholars to the helotism of hagiography, had all the appearance of a shade*” (“*Fato ainda mais desconcertante: se os Manuscritos de Marx tiveram um impacto duradouro sobre Lukács, por que seu virtual silêncio a respeito deles? [...] A razão era que, nos anos 1930, quando Stalin condenava os pesquisadores ao helotismo da hagiografia, os Manuscritos tinham toda a aparência de uma sombra*”). Pouco antes disso, ele havia afirmado de forma mais geral que “*Marx the 'humanist and philosopher', in full rebellion against alienation, is nowhere to be found as an influence on Lukács, though he had earlier discovered him*” (“Marx, o ‘humanista e filósofo’, [em plena rebelião contra a alienação], não deixou traço algum de sua influência nos escritos de Lukács [à época], embora ele o tivesse descoberto anteriormente”). Profundo admirador de *História e consciência de classe*, que ele compara a *O príncipe*, de Maquiavel, o prolixo biógrafo de Lukács chega mesmo a afirmar que “*Lukács nunca se perguntou especificamente se os Manuscritos de Marx o levaram particularmente a mudar seu ponto de vista sobre História e consciência de classe e, em caso afirmativo, como*” (“*Lukács never specifically addressed the question of whether, and if so how, Marx's Manuscripts led him, in particular, to change his views on History and Class Consciousness*”).³² Essas afirmações são falsas. Longe de haver silenciado sobre os *Manuscritos* de Marx e, de modo mais geral, de haver ocultado o Marx “*humanista e filósofo*”, Lukács utilizou-se abundantemente dos escritos do jovem Marx tanto, como bem vimos, na década de 1930 quanto mais tarde. No supramencionado estudo sobre Mehring, redigido em Moscou em 1933, Lukács reprovou a falta de interesse do

Eigenart des Ästhetischen, vol. I, *Werke*, Band 11, 1963, Luchterhand, p. 727 e vol. II, *Werke*, Band 12, p. 563. A continuidade entre as análises de *O romance histórico* e aquelas da *Estética* é evidente. Ao comparar as obras de maturidade de Shakespeare às produções contemporâneas do teatro elisabetano, Lukács demonstra tanto seu enraizamento nos conflitos histórico-sociais da época quanto sua “*transcendência*”, sua elevação à universalidade humana.

³² Arpad Kadarkay, *op. cit.* pp. 327-328.

marxista alemão pelos escritos da juventude de Marx, citando explicitamente os *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 e *A ideologia alemã*. Mehring, que havia editado os escritos da juventude de Marx, deixara de lado “(die) grundlegenden philosophischen Manuskripte” (e não compreendera, segundo Lukács, a importância de *A sagrada família*).³³ Encontram-se também numerosas citações de passagens dos escritos da juventude de Marx na obra sobre as origens ideológicas do fascismo, ou no ensaio *Marx und das Problem des ideologischen Verfalls*, publicado em 1938 na *Internationale Literatur*, na qual igualmente figura uma referência direta à questão da alienação (ocultada, segundo Kadarkay, por conformismo).³⁴ Seria ainda necessário recordar, fato que ninguém ignora, que *O jovem Hegel*, concluído em 1938 em Moscou, está recheado de referências aos *Manuscritos econômico-filosóficos*, e que a própria concepção do livro se deve à mutação produzida no pensamento do autor após a leitura desses *Manuscritos*? Além disso, Arpad Kadarkay pretende nos fazer acreditar que Lukács nunca explicou os motivos de sua mudança após a leitura dos *Manuscritos*. Basta ler o prefácio da edição de 1967 de *História e consciência de classe* para se convencer do contrário. Lukács, nele, apresenta as razões da mudança de perspectiva, sublinhando a importância da distinção marxiana entre *objetivação* e *alienação*. É justamente a assimilação desta distinção que preparou a análise do problema da alienação em *O jovem Hegel*. Mas Arpad Kadarkay se contenta em repetir com tantos outros antecessores, sem submeter a exame, a ideia de que o filósofo teria renegado *História e consciência de classe* por conformismo. Ele ignora serenamente o processo de maturação filosófica de Lukács. Além disso, é difícil ver como um autor que dedica três linhas a *Para uma ontologia do ser social*, obra da maior importância, *terminus ad quem* da evolução do filósofo, poderia dar provas de uma melhor compreensão a respeito. Ele afirma, peremptoriamente, que em *Para uma ontologia do ser social* “the concept of individual autonomy is simply non-existent” (“o conceito de autonomia individual é simplesmente inexistente”),³⁵ ao passo que basta folhear o livro para constatar que o florescimento da individualidade é a ideia central e a finalidade da obra. Isso mostra que é possível escrever uma biografia de 500 páginas sobre um

³³ G. Lukács, *Probleme der Ästhetik*, op. cit., p. 351.

³⁴ G. Lukács, *Wie ist faschistische Philosophie in Deutschland entstanden?*, 1982, Budapest, Akadémiai Kiadó, pp. 224-226; *Essay über Realismus*, op. cit., p. 263. Lukács cita os *Manuscritos econômico-filosóficos* também em seu estudo de 1934, *Karl Marx und Friedrich Theodor Vischer*, ver *Probleme der Ästhetik*, p. 249.

³⁵ Arpad Kadarkay, op. cit., p. 465.

autor sem ler atentamente sua obra-prima, ou mesmo sem lê-la de modo algum.

Uma grande obra teórica de Lukács, que gera contra ele uma oposição quase unânime, é *A destruição da razão*. Tanto adversários como certos admiradores do filósofo concordam em dizer que é um livro tipicamente stalinista, e em acusar o caráter “*redutor*” de suas análises. É, sobretudo, o capítulo dedicado a Nietzsche, particularmente combativo, que causa indignação. Ainda há pouco tempo, um filósofo húngaro denunciou este capítulo, por ocasião de um colóquio, como o exemplo típico do “*juízo stalinista*” de grande espetacularização.³⁶

Parece-nos útil, antes de pronunciar um juízo tão severo, reconstruir a história desse livro. Hoje é possível acompanhar sua gênese laboriosa graças aos Arquivos-Lukács de Budapeste, que acabam de publicar as duas versões anteriores à redação definitiva, concluída em 1952 e publicada em 1954. A primeira dessas versões data de agosto de 1933 e leva o título *Wie ist die faschistische Philosophie in Deutschland entstanden?*, a segunda, escrita em Tasquente [capital do Uzbequistão], durante o inverno de 1941-1942, intitula-se *Wie ist Deutschland zum Zentrum der reaktionären Ideologie geworden?*.

Lukács deixou Berlim logo após a vitória nazista, em abril de 1933. A primeira versão do livro foi, portanto, redigida alguns meses após sua chegada a Moscou. A ideia fundamental de *A destruição da razão* já está presente ali. A questão colocada por Lukács com notável precocidade, uma vez que à época nenhum pensador havia ainda interrogado de modo tão agudo o passado alemão, era que, longe de haver surgido *ex nihilo*, a ideologia do nacional-socialismo teria uma longa pré-história; seria uma condensação, uma radicalização e uma vulgarização de certas teses do irracionalismo, cujo peso filosófico é particularmente grande no pensamento alemão. O trabalho genealógico empreendido por Lukács – uma verdadeira “*arqueologia das ideias*” – não fica sem resultado. Ele demonstra de forma convincente como certos *topoi* da *Lebensphilosophie* (a crítica da causalidade, da legalidade e do progresso e sua substituição pela “*tipologia*” e pela “*morfologia da história*”, a emergência da ideia de *destino* e a preeminência do *mito* sobre a história) puderam ser assimilados, integrados e radicalizados pela doutrina do nacional-socialismo. Esse trabalho, que

³⁶ Endre Kiss, “Les débuts de la réception de Nietzsche parmi les intellectuels juifs hongrois, de Diner-Dénes à Lukács”, no volume *De Sils Maria à Jerusalem, Nietzsche et le judaïsme*. Les intellectuels juifs et Nietzsche, édité par Dominique Bourel et Jacques Le Rider, 1991, Paris, Les Éditions du Cerf, p. 208.

consiste em detectar na consciência filosófica alemã a formação progressiva de esquemas ideológicos aptos a fornecer fundamentos teóricos para o pensamento nazista, parece-nos perfeitamente legítimo. Ao mesmo tempo, essa versão de 1933, que é um documento eloquente das funestas divisões na esquerda alemã da época, traz a marca de um forte sectarismo. A implacabilidade do autor contra os “*social-fascistas*” mostra que ele compartilhava sem reservas da cegueira do Partido Comunista Alemão e do Komintern em relação à social-democracia; a certa altura, ele até se refere à fórmula de Stalin, que em 1928 estigmatizara os social-democratas como “*irmãos gêmeos*” dos fascistas.³⁷ A afirmação feita trinta anos mais tarde, em 1967, no prefácio a *Geschichte und Klassenbewusstsein*, de que essas palavras infelizes o teriam “*enojado*”, não está de acordo com as convicções expressas no manuscrito de 1933. É verossímil que não lhe viesse à mente essa primeira versão de *A destruição da razão*, esquecida entre seus papéis, antecipando assim a posição antissetária que assumiria efetivamente alguns anos depois. Mas no momento da redação, isto é, em agosto de 1933, sua visão política da Alemanha era, sem dúvida alguma, extremamente sectária. Ele atirava pedras sobre todos os partidos que se recusaram a cooperar com o Partido Comunista para impedir a chegada de Hitler ao poder, taxando-os indiscriminadamente de colaboradores do nazismo. A única alternativa válida, segundo ele, era: fascismo ou comunismo?³⁸ Pouco depois, Lukács atiraria aos escombros essa visão simplista para tornar-se um ardoroso defensor da política de frente popular, construída com a unidade das forças antifascistas. Nenhum traço da condenação do “*social-fascismo*” subsistirá em seus escritos posteriores, compreendida aí a segunda versão da obra dedicada às origens ideológicas do nazismo.

O problema que se coloca é saber se o sectarismo político de 1933, posteriormente corrigido, não dá as caras em outros lugares, por exemplo, nas análises filosóficas de *A destruição da razão*. David Pike, que em seu livro *Lukács et Brecht* se detém longamente sobre a versão de 1933, considera que o “*fanatismo*” do autor se encontra na dicotomia filosófica: racionalismo *versus* irracionalismo.³⁹ Ele cita como reforço [de seu argumento] a diatribe de Leszek Kołakowski, segundo a qual Lukács,

³⁷ G. Lukács, *Wie ist die faschistische Philosophie in Deutschland entstanden?*, *op. cit.*, p. 160.

³⁸ *Ibid.*, p. 39.

³⁹ David Pike, *op. cit.*, p. 86.

por um reflexo tipicamente stalinista, teria atirado o conjunto da cultura filosófica alemã posterior ao marxismo, em *A destruição da razão*, no campo do irracionalismo e da reação: “*O conjunto da cultura filosófica alemã, com exceção do marxismo, é reprovado em bloco como uma coleção de expedientes que prepararam a tomada do poder por Hitler em 1933. De uma maneira ou de outra, todos eles abriram caminho para os nazistas*”.⁴⁰

Antes de entrar na discussão sobre *A destruição da razão*, voltemos por um momento à primeira versão do livro. Efetivamente, no quadro filosófico pincelado por Lukács em 1933, há de fato excessos e escorregões devidos a suas visões políticas. Basta citar, a título de exemplo, a tendência de descobrir, mesmo em filósofos como Nicolai Hartmann ou Ernst Cassirer, uma inflexão na direção de um “*lebensphilosophisch gefärbten Neuhegelianismus*” (“*um neo-hegelianismo tingido de filosofia da vida*”),⁴¹ ao passo que pelo menos o primeiro desses pensadores, absolutamente impermeável tanto à “*filosofia de vida*” quanto à corrente “*neo-hegeliana*” da época, representada por [Hermann] Glockner, R[ichard] Kroner etc., orientava-se, pelo contrário, na direção de uma ontologia realista. E, em sua desconfiança em relação ao liberalismo, chegou quase a relegar [Benedetto] Croce ao campo de uma “pseudo-oposição” (*Scheinopposition*) contra o fascismo,⁴² considerando a única verdadeira oposição aquela dos comunistas.

Retomando *A destruição da razão*, deve-se notar que esse grande empreendimento de estabelecer a genealogia da *Weltanschauung* nazista não é afetado pelo sectarismo político professado pelo autor em 1933.⁴³ Identificá-lo a um processo do tipo “*stalinista*” equivale a ignorar sua substância. Os adversários de *A destruição da razão* – Leszek Kołakowski, David Pike, Arpad Kadarkay, Bedeschi, para

⁴⁰ Leszek Kolakowski, *Die Hauptströmungen des Marxismus*, vol. 3, 1979, München, Piper, p. 311.

⁴¹ G. Lukács, *op. cit.*, p. 194.

⁴² *Ibid.*, p. 238.

⁴³ Durante sua conferência nos Rencontres Internationales de Genève, em 1946, Lukács indicou de forma inequívoca o dano causado à luta antifascista pelo “*falso dilema*”: fascismo ou bolchevismo? Os críticos da “*esquerda*” de *A destruição da razão* (de Isaac Deutscher a Bela Fogarasi) chegaram inclusive a recriminar no livro o fato de colocar no centro das análises o conflito entre racionalismo e irracionalismo (e não aquele entre materialismo e idealismo, disse Fogarasi), fazendo assim concessões indevidas ao racionalismo burguês e a sua respeitabilidade (I. Deutscher). Eles não deixaram de ressaltar a conexão entre o combate pelo racionalismo e aquele pela democracia em Lukács, e de deplorar o ocultamento do ponto de vista “*classe contra classe*” (cf. Isaac Deutscher, “Lukács critique de Thomas Mann”, em *Les Temps Modernes*, juin 1966, p. 2.260, e Bela Fogarasi, “Der revisionistische Charakter einiger philosophischen Konzeptionen von Georg Lukács”, no referido volume, *Georg Lukács und der Revisionismus*, pp. 317-320).

não esquecer de Theodor W. Adorno – falharam em abalar os fundamentos filosóficos do livro. Pior ainda, eles nem sequer iniciaram um verdadeiro exame de suas teses fundamentais. A supracitada afirmação de Kołakowski, segundo a qual Lukács teria atirado no campo do irracionalismo a totalidade das correntes filosóficas não marxistas, está em contradição com o próprio desenvolvimento do livro. Lukács, por exemplo, em nenhum momento atribui ao neokantismo da escola de Marburg (aquele de [Hermann] Cohen ou de Cassirer), cujo idealismo filosófico é patente, uma tendência irracionalista. Ao corrigir seu julgamento superficial de 1933, ele também não atribuiu a Nicolai Hartmann o menor flerte com a *Lebensphilosophie*; pelo contrário, sublinha a singularidade da posição do filósofo berlinense, favorável à dialética hegeliana, ainda que, por outro lado, não se esqueça de criticar a sua tese sobre o caráter não assimilável pelo aprendizado da dialética. O irracionalismo também não é tratado em bloco. Lukács tem a cautela de nele distinguir diferentes tendências. Ele separa, por exemplo, [Edmund] Husserl de seus posteriores que sofreram a influência da *Lebensphilosophie* (de [Max] Scheler a [Martin] Heidegger), e o neokantismo de [Heinrich] Rickert e de [Wilhelm] Windelband daquele debruçado sobre a mesma filosofia da vida de [Georg] Simmel.

Em vão buscaríamos nos adversários do livro uma confrontação da sua argumentação filosófica. Leszek Kołakowski se contenta em afirmar, a propósito do conceito de irracionalismo de Lukács, que este seria: “[...] *demasiado indistinto, vago e que assume uma extensão fantástica*”.⁴⁴ Ele não opõe qualquer contra-argumento plausível às análises da gênese e da estrutura de um dos mais potentes movimentos do pensamento moderno. Lukács pincela um amplo quadro histórico do período inaugurado pela Revolução Francesa, examinando as mutações que ocorreram no interior do idealismo clássico alemão com a passagem de Schelling da primeira para a segunda filosofia, com a orientação de Fichte em sua fase tardia em direção ao irracionalismo, com a fulminante reação de Schopenhauer contra seus predecessores – Schelling, Hegel, Fichte – e a identificação que ele opera entre a *coisa em si* kantiana e o princípio irracional da *vontade*, com o surgimento de Kierkegaard e sua polêmica contra a dialética hegeliana etc. Lukács propunha, então, uma vasta hermenêutica do pensamento moderno, abordando de perto a unidade e a especificidade da corrente irracionalista. Seus adversários preferiram “liquidar” o livro com julgamentos súbitos.

⁴⁴ Leszek Kolakowski, *ibid.*

Arpad Kadarkay se contenta com fórmulas do tipo: “*The book is a historical document on the intellectual miscarriages in Stalin's time*” (“*O livro é um documento histórico sobre as perturbações intelectuais na época de Stalin*”), “[*a silliest, Stalinist tract*” (“*um estúpido panfleto stalinista*”).⁴⁵ Nenhum deles se dá ao trabalho de discutir sua argumentação (cujas conclusões poderiam se provar questionáveis, mas isso deve ser demonstrado elevando o debate ao nível filosófico de Lukács e não o rebaixando ao nível das máximas polêmicas).⁴⁶

Em “Uma reconciliação extorquida”, texto polêmico por excelência, Adorno dedica uma passagem desdenhosa a *A destruição da razão*. Ele recrimina o autor por ocultar o fato de que correntes irracionalistas “*exprimem, diante do idealismo acadêmico, a revolta contra essa reificação da existência e do pensamento, cuja crítica tornara-se justamente a questão de Lukács*”.⁴⁷ Mas, ao falar de Simmel ou Heidegger, Lukács não silencia a respeito de suas críticas à reificação: “*Das eigentlich Interessante am Philosophieren Heideggers*”, escreve ele, “*ist nun die äusserst detaillierte Beschreibung dessen, wie ‘der Mensch’, das tragende Subjekt des Daseins, ‘zunächst und zumeist’ in dieser Alltäglichkeit sich zersetzt, sich selbst verliert*” (“*O que é verdadeiramente interessante na filosofia de Heidegger é, portanto, a descrição extremamente detalhada do modo como ‘o homem’, o sujeito portador do ser-aí ‘primeiramente e no mais das vezes’ se desintegra nessa cotidianidade e perde a si próprio*”).⁴⁸ A diferença em relação a Adorno é que ele não se deixa seduzir pelo anti-academicismo e pelo inconformismo de certos pensadores irracionalistas (Nietzsche, em particular); ele concentra sua atenção na análise da sublimação “*ontológica*” da reificação, portanto, na dissimulação metafísica de um fenômeno eminentemente histórico-social. É nesse sentido que Lukács se detém sobre a ambição de Simmel, continuada, segundo ele, por Heidegger, de “*dar ao materialismo histórico um alicerce*” (psicológico, quiçá metafísico).⁴⁹ O deboche de Adorno, segundo quem *A destruição da razão* manifestaria “*a destruição da razão do próprio Lukács*”, pode nos fazer rir se

⁴⁵ Arpad Kadarkay, *op. cit.*, p. 421.

⁴⁶⁴⁶ Expusemos mais longamente nosso ponto de vista a propósito desse livro no texto “*La Destruction de la raison trente ans après*”, publicado em *Réification et utopie*. Ernst Bloch & Georg Lukács un siècle après. Actes du colloque Goethe Institut, Paris, 1985, pp. 162-181; trad. alemã no volume *Verdinglichung und Utopie*, 1987, Frankfurt, Sendler pp. 93-111. [“*A destruição da razão: 30 anos depois*” foi publicado pela *Verinotio*, n. 13, Ano VII, abr./2011. Disponível em: <<http://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/114/104>>. N.T.]

⁴⁷ Theodor W. Adorno, *op. cit.* p., 172.

⁴⁸ G. Lukács, *Die Zerstörung der Vernunft*, 3 Auflage, 1984, Berlin und Weimar, Aufbau Verlag, p. 397.

⁴⁹ Georg Simmel, *Philosophie des Geldes*, 3 Aufl. München-Leipzig, p. 8; G. Lukács, *op. cit.*, p. 399.

lembrarmos que ele mesmo associou não apenas Bergson, mas também a “*intuição da essência*” (a famosa *Wesensschau*) de Husserl ao irracionalismo da “*sociedade burguesa tardia*” e que, em seus ataques contra Heidegger, não hesitou em estabelecer a equação: o Ser = o Führer.

Curiosamente, é Sartre quem, a despeito de sua polêmica contra Lukács, parece favoravelmente impressionado com *A destruição da razão*. Simone de Beauvoir, quando enviou *Os mandarins* ao filósofo, recebeu o livro em troca.⁵⁰ Um eco da reação de Sartre pode ser encontrado em seu artigo “Le réformisme et les fétiches”, publicado em fevereiro de 1956 em *Les Temps Modernes*. Falando dos filósofos marxistas aos quais cumpria a missão “*de contrapor as últimas filosofias burguesas, de interpretá-las, de quebrar sua casca, de incorporar sua substância*”, Sartre citou com aprovação dois exemplos, Tran Duc Thao e Lukács. A respeito deste último, ele escreveu: “[...] o único na Europa que tenta explicar por suas causas os movimentos de pensamento contemporâneos é um comunista húngaro, Lukács, cujo último livro nem sequer está traduzido para o francês”.⁵¹ Não há dúvida de que se trata de *A destruição da razão*.

Os adversários do livro, aturdidos pelas marcas da época – as guerras quente e fria – erraram em condená-lo antecipadamente, baseados somente na linguagem que, certamente, tem sua importância. É necessário quebrar os dentes no caroço filosófico de *A destruição da razão* antes de concluir que é pura e simplesmente a stalinização do pensamento. As análises redutoras podem jogar nos dois lados.

Como lembramos acima, *O jovem Hegel*, um livro escrito quase na mesma época que as várias versões de *A destruição da razão*, não pôde ver a luz do dia na União Soviética. Lukács aqui defendia a tese de que o pensamento de Hegel deu uma expressão filosófica positiva ao período histórico inaugurado pela Revolução Francesa, enquanto os jdanovistas viam nele, ao contrário, a reação aristocrática alemã contra esta mesma revolução (em 1950, a *Enciclopédia Soviética* ainda apresentava Hegel sob essa luz). A consubstancialidade das duas obras é evidente, bem como seu distanciamento em relação às teses correntes do movimento comunista internacional.

⁵⁰ Ao agradecer-lhe, em 10 de outubro de 1955, pelo envio do romance, Lukács recordou, em sua correspondência, as “*interessantes conversas*” que tivera com ela e Sartre em Helsinki. Nove anos mais tarde, em 22 de setembro de 1964, Lukács escreveria a Sartre para agradecer-lhe pela publicação, em *Les Temps Modernes*, de um dos seus ensaios; ele lhe propôs, na mesma ocasião, um texto sobre Soljenitsyn, pois apreciava o apoio concedido pela revista ao escritor russo. Cópias dessas cartas encontram-se nos Arquivos-Lukács de Budapeste.

⁵¹ Jean-Paul Sartre, “Le réformisme et les fétiches”, *Situations*, VII, 1965, Gallimard, pp. 111-112.

Além disso, os ataques orquestrados contra o “*revisionismo*” de Lukács tinham por alvo tanto *A destruição da razão* quanto *O jovem Hegel*. É o caso do artigo “Der revisionistische Charakter einiger philosophischer Konzeptionen von Georg Lukács”, publicado em 1959 pela revista oficial do Cominform, *Problemas da Paz e do Socialismo*, e reproduzido com o mesmo título no volume *Georg Lukács und der Revisionismus*. O signatário do artigo é Bela Fogarasi, já aludido, antigo companheiro de luta de Lukács e autor de um tratado marxista sobre lógica.

Pode-se encontrar uma reação do filósofo a esses ataques (Elemer Balogh, entre outros, publicou em 1958 uma crítica veemente de *A destruição da razão*, intitulada “Zur Kritik des Irrationalismus”) em uma carta de Lukács a seu tradutor italiano, Renato Solmi: “*Os sectários se mostram, é claro, escandalizados pelo fato de que o dogma de Jdanov sobre a oposição entre materialismo e idealismo como objeto único da história da filosofia – dogma considerado por eles incriticável – tenha sido ridicularizado e tentaram – através das falsificações mais grosseiras de citações – demonstrar o caráter ‘revisionista’ do livro*”. E o filósofo recordou, a título de comentário, as palavras de Dante a Virgílio: “*Non raggionam di lor, ma guarda e passa*”.⁵²

Lukács não errou ao dizer que, desde as *Teses de Blum*, não parou de “*lutar pela democracia no comunismo*”. Após retornar da União Soviética, durante o período de 1945 a 1948, ele defendeu a causa de uma transformação *evolutiva* da sociedade; ele não previa a abolição imediata do capitalismo e preconizava uma longa transição “*orgânica*” de uma forma de sociedade para outra. A eclosão do “*caso Lukács*”, em 1949 – complacência a respeito da literatura burguesa, “cosmopolitismo”, subestimação do realismo socialista soviético –, coincidiu com a introdução de práticas ditatoriais em larga escala e com o processo Rajk.

Em junho de 1956, Lukács preside as sessões do Círculo *Petőfi*, faz aí intervenções notáveis, prossegue com seus ataques contra os graves erros doutrinários e contra a perversidade da prática política do stalinismo em conferências (sua conferência “O combate entre progresso e reação na cultura contemporânea”, proferida em junho de 1956, em Budapeste, é reproduzida na edição de setembro da revista *Aufbau*) e na imprensa. Ele advoga que a estratégia do movimento comunista não deve ser determinada por uma tradução mecânica, na prática, da oposição

⁵² Citamos esta carta em nosso texto sobre *A destruição da razão*; ver nota 47.

fundamental entre socialismo e capitalismo, mas levando em conta as contradições específicas de cada período histórico; a ascensão do fascismo na década de 1920, por exemplo, havia revelado, contra o plano de fundo da contradição fundamental, outra contradição, mais aguda e mais urgente. Tratava-se da oposição entre fascismo e antifascismo. O desencadeamento da Guerra Fria, após a Segunda Guerra Mundial, trouxe do mesmo modo ao primeiro plano a contradição entre as forças da guerra e as da paz. Em ambos os casos, o campo do progresso implicava numerosas forças além do comunismo: militantes da social-democracia, da Igreja e de camadas da burguesia. Essas teses provocaram a ira das autoridades comunistas e desencadearam uma vasta operação de repressão ideológica.⁵³ Uma incompatibilidade de fundo se desenha: o filósofo concebia a democracia popular como “*um socialismo que nasce da democracia*”, enquanto os apoiadores oficiais queriam “*instaurar o comunismo por meios ditatoriais*”; para estes últimos, a democracia popular foi “*desde o início uma ditadura*” e “*desde o início também aquele tipo de socialismo para o qual ela evoluiu assim que passou o caso Tito*”.⁵⁴

Longe de serem circunstanciais tomadas de posição, os ataques de Lukács contra o stalinismo eram fundados em profundas razões filosóficas, entre as quais a herança hegeliana do marxismo desempenhava um grande papel. Apoiado nas categorias da *mediação*, da *particularidade* (campo de determinações intermediárias entre a singularidade e a universalidade) e do *universal concreto*, ele exige uma prática política que, ao rejeitar dicotomias abstratas e esquemas, se adapte à complexidade do real. Embora reconhecesse em Stalin habilidades táticas, ele não deixou de apontar a sujeição da reflexão teórica às necessidades imediatas como um de seus principais erros. A estratégia do movimento não era mais definida levando em conta a *totalidade* do processo histórico, com suas principais tendências e com a multiplicidade de suas contradições específicas, mas em função de exigências táticas, elevadas ao patamar de constrição universal. Como exemplo, Lukács costumava citar a razão teórica fornecida por Stalin para justificar o pacto germano-soviético (ao qual ele próprio não negou certa legitimidade tática). A guerra entre a Alemanha e a coalizão anglo-francesa foi considerada uma guerra entre países imperialistas, assim como a Primeira Guerra Mundial. A palavra de ordem deveria, portanto, ser idêntica: “*transformar a guerra*

⁵³ O volume já citado, editado em 1960, na RDA, *Georg Lukács und der Revisionismus*, testemunha isso.

⁵⁴ G. Lukács, *Pensée vécue. Mémoires parlés, op. cit.* pp. 160-161 ; 174-175.

imperialista em guerra civil'. Essa posição dogmática e míope teve consequências desastrosas para o movimento comunista nos países envolvidos.

Em suas conversas com István Eörsi e Erzsébet Vezér, Lukács caracterizou o stalinismo como um “*hiperracionalismo*”.⁵⁵ Stalin e seus partidários, que desejavam encerrar o processo histórico em um esquema, eliminaram de um só golpe a multiplicidade de mediações; eles ignoraram, com vaidade cega, a desigualdade no desenvolvimento dos diferentes complexos sociais e o caráter não retilíneo da história, seu curso por definição *aberto*, tateante e imprevisível, o que não se encaixa bem em um esquema fechado e monolítico. Durante seus últimos quinze anos de vida, Lukács se dedicou a conscientizar os comunistas do perigo representado pelas profundas sequelas do stalinismo. Após a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, ele declara em uma conversa com Bernie Taft, comunista australiano, que os dirigentes soviéticos são “*amadores estúpidos*”, que por muito tempo desacreditaram “*a atração do comunismo*”, e acrescentou sarcasticamente que, por sua ação, [Leonid] Brejnev havia tornado Nixon presidente dos Estados Unidos.⁵⁶

Uma afirmação frequentemente repetida considera que a ligação de Lukács com o marxismo e a imbricação de sua existência na história do comunismo internacional impõem necessariamente limites severos à sua crítica ao stalinismo. Sua implicação ideológica e física o impediria de mensurar em toda sua extensão a catástrofe histórica das sociedades assim chamadas de “*socialismo real*”. Mesmo um comentador que deseja fazer justiça à atitude antistalinista do filósofo assume essa tese. Ao considerar que “*Lukács blieb stets der Wahrheit mehr verpflichtet als der Macht*” (“*Lukács permaneceu sempre mais obrigado pela verdade do que pelo poder*”), Detlev Claussen pensa que sua crítica do stalinismo “*die objektive Unvernunft des Realsozialismus verkleinert*” (“*minimizou a ausência objetiva de razão no socialismo real*”). Claussen detecta aí uma tendência de “*racionalizar*” a história do stalinismo, o que leva a certa “*idealização da forma de sociedade [...] que está ligada ao nome de Stalin*” (“*Idealisierung der Gesellschaftsform [...] die mit dem Namen Stalin verknüpft ist*”).⁵⁷

Será que, temendo que uma atitude mais radical pudesse colocar em questão

⁵⁵ *Ibid.*, p. 145.

⁵⁶ Bernie Taft, “Testament of Georg Lukács”. *Australian Left Review*, september 1971, p. 45, *apud* Arpad Kadarkay, *op. cit.*, p. 461.

⁵⁷ Detlev Claussen, “Blick zurück auf Lenin”, introdução ao volume *Georg Lukács, die Oktoberrevolution und Perestroika*, hrsg. von Detlev Claussen, 1990, Frankfurt am Main, pp. 30-33.

seu próprio passado, Lukács conscientemente atenuou a crítica das sociedades do tipo stalinista ou neostalinista? Ou antes, pelo contrário, conhecer o stalinismo de perto, as armadilhas em que ele próprio, por vezes, caiu e das quais, por outras vezes, foi vítima, conferiu à sua crítica uma implacabilidade que não exclui sua pertinência e lucidez? Busquemos tornar essa visão um pouco mais nítida nos referindo aos fatos.

Tomemos o exemplo dos processos de Moscou. Convencido que a ação da oposição colocava em perigo a estabilidade da sociedade soviética num momento em que a ameaça hitlerista se perfilava no horizonte, Lukács, longe de desaprová-los – e ele não esconde isso –, considerou-os de certo modo inevitáveis. Ciente de que se podia recriminar sua “*cegueira*” – estas paródias sinistras prejudicaram a esquerda comunista, disso ele não tinha dúvidas –, ele exigia que nos colocássemos no contexto da época para julgarmos sua atitude. Diante das campanhas lideradas pelos nazistas contra a União Soviética, ele pensava, tal como outros emigrantes, refugiados em Moscou, que não se deveria fazer nada que pudesse enfraquecer o poder instaurado, o único, em seu modo de ver, capaz de fazer frente a Hitler.⁵⁸ Essa atitude, por mais injustificada que seja, pode ser considerada. Basta lembrar que espíritos tão diferentes quanto Maurice Merleau-Ponty, Klaus Mann ou Isaac Deutscher, cada um a seu modo, apelaram à situação internacional do momento para explicar, quando não aprovar, a determinação com que Stalin dominou a oposição interna.

Por analogia com o julgamento de Danton e seu grupo, Lukács pensava que a ameaça aos ganhos da revolução funcionava como um argumento plausível para desculpar as piores violações do direito: “*Eu considerei os processos como uma abominação* – disse a seus dois interlocutores, István Eörsi e Erzsébet Vezér, em 1971 – *mas eu me consolava dizendo a mim mesmo que estávamos do lado de Robespierre, apesar de que o processo contra Danton, se nos colocarmos no terreno jurídico, não foi muito melhor do que aquele contra Bukharin. Meu outro consolo, e este foi um fator decisivo, consistia em dizer a mim mesmo que o problema essencial daquela época era abater Hitler. Não era do Ocidente que se poderia esperar essa liquidação, mas somente dos soviéticos* [em várias ocasiões, Lukács evocará neste contexto a atitude de Chamberlain e Daladier em Munique, a fim de justificar *a posteriori* seu diagnóstico de 1936-1937 – N.T.] *E não havia outro poder anti-hitlerista a não ser*

⁵⁸ G. Lukács, *Marxismus und Stalinismus*, pp. 163; 236; *Pensée vécue*. Mémoires parlées, pp. 148-152.

Stalin".⁵⁹

A recente publicação de certos documentos, como o estenograma de uma reunião de escritores antifascistas alemães, membros do partido, que ocorreu em Moscou entre 4 e 9 de setembro de 1936, poucas semanas após o fim do processo de Zinoviev e Kamenev, mostra que Lukács se curvou, como os outros, ao ritual stalinista dos grandes exibicionismos ideológicos que se seguiam às ações repressivas do regime. Sua intervenção é pontuada por apelos à “*vigilância*” revolucionária (“*vigilância complicada*”, porque os inimigos já não ousavam mais dar as caras) e à “*liquidação das pragas*” (que expressão infeliz!), o que mostra como no clima de medo reinante após o veredicto, ele sabia se comportar como um stalinista ortodoxo. Ele o era realmente? É possível encontrar em seu discurso acertos de contas com adversários literários que prolongavam, segundo ele, a linha sectária da RAPP, e apesar de não se esquecer de estigmatizar Zinoviev (é preciso lembrar que ele o detestava desde a época em que este, então secretário-geral da Internacional Comunista, protegeu Bela Kun, seu adversário de longa data), ele também exprime a sincera preocupação com a coerência ideológica na linha antifascista da frente popular.⁶⁰

Outra decisão de Stalin que não foi desaprovada por Lukács é o pacto germano-soviético. Ele o havia considerado na época como uma jogada habilidosa, destinada a coagir as potências ocidentais, vacilantes, a formar uma frente comum com a União Soviética contra o nazismo. A maneira como os eventos se desenrolaram posteriormente teria feito justiça, afirmou Lukács, a essa ação de Stalin, mesmo que, como vimos, ele não apenas não endossasse sua justificativa ideológica, como a tivesse considerado como um exemplo típico de manipulação da história para fins puramente táticos.

Apesar de uma existência difícil no interior do movimento comunista – ataques na imprensa, prisão, deportação e “*casos Lukács*” –, o filósofo não questionou abertamente o stalinismo até o verão de 1956, poucos meses após o XX Congresso do PCUS. É um fato. Em setembro de 1946, ele ainda defendia, nos *Rencontres*

⁵⁹ *Pensée vécue...*, p. 148.

⁶⁰ G. Lukács/ Johannes R. Becher/ Friedrich Wolf u.a. *Die Säuberung, Moskau, 1936: Stenogramm einer geschlossenen Parteiversammlung*, hrsg.von Reinhard Müller, 1991, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, pp. 184-197. Victor Serge, que encontrou Lukács em Moscou na década de 1930, escreveu em suas *Mémoires d'un révolutionnaire* que o filósofo deixou nele a impressão de alguém que “*vivia corajosamente no medo*” (p. 204).

Internationales de Genève, “*o espírito de 1941*”,⁶¹ em outras palavras, a aliança das forças democráticas – da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da União Soviética – contra o fascismo. Essa atitude situava-se na sequência lógica de seu credo democrático e antissectário, existente em germe nas *Teses de Blum* de 1928. Mas a eclosão da Guerra Fria, que enterraria em breve “*o espírito de 1941*”, também lançaria Lukács nas armadilhas do maniqueísmo stalinista, ao qual deu seu quinhão. O posfácio de *A destruição da razão*, escrito em 1953, é um exemplo disso. Nele vemos Lukács defender no melhor estilo da Guerra Fria a política da União Soviética (incluindo a Guerra da Coreia ou “*o caso Lysenko*”), denunciar a ideologia pró-americana e celebrar o grande movimento pela paz.⁶² Sabemos, contudo, se acreditarmos em seus testemunhos posteriores, que a semente estava plantada. O “*caso Lukács*” de 1949-50, as pressões e humilhações de que foi objeto (ele foi coagido, entre outras coisas, a uma segunda “*autocrítica*”) e particularmente o processo contra Laszlo Rajk preparariam o caminho para uma radicalização que veio à tona com suas primeiras intervenções no Círculo *Petőfi*, no verão de 1956.

A partir de 1956, apesar das ameaças incessantes contra ele e das humilhações sofridas, Lukács multiplica os textos dedicados à análise do stalinismo. Esses textos dizem respeito tanto à prática quanto à *Weltanschauung* stalinista. Ele estava obstinado, como vimos, a descobrir os fundamentos ideológicos dos atos de Stalin. Isso pode parecer ridículo. Milhões de seres humanos pereceram, vítimas do paizinho dos povos. Interessa realmente conhecer a “*filosofia*” do carrasco? Isso seria ignorar o poder formidável do aparelho ideológico estabelecido por Stalin. Apenas quem viveu na União Soviética ou nos países orientais conheceu a pressão moral a que cada cidadão estava diariamente submetido, mesmo nas ações mais inocentes. A repressão

⁶¹ Uma tradução das intervenções de Lukács no evento pode ser lida nesta mesma edição da *Verinotio* [N.T.].

⁶² A violência desse texto não pode ser compreendida fora do contexto da época. O macartismo intelectual que se propagava nos Estados Unidos, a radicalização anticomunista de certa elite da *intelligentsia* europeia, de [Albert] Camus a [François] Mauriac e de [Karl] Jaspers a Denis de Rougemont, impulsionaram Lukács a endurecer simetricamente sua posição. Particularmente sensível à identificação sumária das realidades do mundo soviético e das práticas stalinistas com o “*totalitarismo marxista*”, portanto, ao questionamento, em razão do stalinismo, do pensamento comunista em geral, ele reagiu alinhando-se sem reservas atrás da bandeira de seu campo, como o demonstram suas críticas e seus ataques generalizados contra os ideólogos do mundo ocidental, de James Burnham e Arthur Koestler a Raymond Aron, e de [André] Malraux a [Ignazio] Silone. As simplificações e os excessos de linguagem desse posfácio, datado de janeiro de 1953, registram claramente o clima de Guerra Fria da época. Poucos entre os intelectuais ocidentais, pessoas como Karl Barth ou Jean-Paul Sartre, inspiravam sua simpatia. A resposta deste último a Camus, na polémica em torno de *O homem revoltado* [ensaio de Camus de 1951, N.T.], teve para Lukács um valor exemplar.

física andava de mãos dadas com a repressão do pensamento. Stalin realmente criou um “*novo homem*”, que sobreviveu a ele. Era missão de um filósofo confrontar a *forma mentis* do stalinismo e, sobretudo, a missão de um filósofo que, a despeito de sua inteligência, de sua erudição e de sua fé sincera na causa do socialismo, não pôde escapar totalmente das garras dessa formidável perversão do pensamento marxista e do pensamento *tout court*.

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer em Lukács uma lucidez premonitória no que concerne ao socialismo “*real*”. Na sua obra *Socialismo e democratização*, redigida nos meses seguintes ao aniquilamento da *Primavera de Praga*, ele denuncia o carácter artificial e o irrealismo fundamental das sociedades estabelecidas nos países do Leste. As disfunções, os absurdos da planificação autoritária, as distorções entre os diferentes setores da vida social, a apatia e a passividade a que foram reduzidas as mais amplas camadas da população, a manipulação da opinião pública, ele não se calou sobre nada. Com a mesma verve, mas no campo da crítica literária, Lukács dedica dois estudos a Soljenítsyn, o primeiro, em 1964, o segundo, em 1969; eles serão reunidos, em 1970, em um pequeno livro. Ele é, portanto, o primeiro crítico contemporâneo a sublinhar o valor histórico e universal da rejeição ao stalinismo, que ganhou expressão literária com o grande romancista.

O Muro de Berlim não sepultou sob seus escombros a obra de Lukács. Vasto empreendimento de renovação do marxismo, em grande parte baseado em uma experiência social e política que reivindica o autor de *O capital*, essa obra, incontestavelmente marcada pelas convulsões do movimento comunista, é uma construção teórica demasiadamente sólida para ser despachada por máximas polêmicas e julgamentos precipitados, quer partilhemos ou não de suas conclusões filosóficas.

A última grande obra de Lukács, *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*, é inspirada pela convicção de que uma regeneração da práxis socialista passa, inevitavelmente, pela ruptura com o marxismo enrijecido, que escorou, em seu necessitarismo e em seu “*economicismo*”, tanto o oportunismo da social-democracia anterior à Primeira Guerra Mundial quanto, em outro plano, o stalinismo. Nela, Lukács propõe restituir à política, ao direito, à moralidade e à ética seu devido lugar na topografia da sociedade, demonstrando que a densidade e a complexidade do tecido

social excluem qualquer codificação a partir de normas abstratas. Empreendimento histórico gigantesco de regulação autoritária da vida social, o stalinismo não é uma encarnação do marxismo, mas sua perversão teórica e prática.

Projetando coroar sua reflexão sobre a sociedade com uma *Ética*, que infelizmente permaneceu sob a forma de anotações preparatórias, voltou-se obsessivamente ao stalinismo como uma tentativa de abolir à força os critérios morais e éticos que submetessem a vida social a uma codificação jurídica imposta desde cima. Ele lembrou, nesse contexto, a visão premonitória de Hegel. Criticando o caráter abstrato da moral kantiana, o grande filósofo chamou a atenção para a impossibilidade de deduzir a ação moral a partir de critérios puramente lógicos (cf. o exemplo kantiano do *depósito*, analisado no ensaio sobre o direito natural). Lukács se apoiou na famosa demonstração hegeliana para reagir contra toda tentativa de homogeneizar artificialmente um tecido por definição heterogêneo e sacrificar o concreto histórico-social aos esquemas fabricados pelo entendimento abstrato.⁶³

A ontologia da vida social, na visão de Lukács, traduz-se *in politicis* por um misto de inflexibilidade e flexibilidade; se o fardo da história, suas contradições e seus desvios exigem grande flexibilidade na elaboração da tática e da estratégia políticas para poder dar conta de toda a multiplicidade de mediações, o horizonte permanente de ação não pode ser outro senão a livre autodeterminação dos indivíduos, *télos* último da vida social.

No conceito de *Gattungsmässigkeit für sich* (a especificidade do gênero humano para-si), Lukács faz convergirem todas essas aspirações à plena autonomia do indivíduo e ao florescimento da personalidade, enfatizando, ao mesmo tempo, que nada pode ser feito sem levar em conta o *Gattungsmässigkeit an sich* (a especificidade do gênero humano em-si), portanto, o estado atual da condição humana. Realizar o difícil equilíbrio entre a heteronomia e a autonomia do sujeito manteve-se, até o fim, como a obsessão e a ideia motora de seu pensamento. Um antiutopismo fundamental não o impediu de acreditar na emancipação do gênero humano.

⁶³ G. Lukács, *Prolegomena zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*, op. cit., p. 309. O stalinismo foi diretamente visado por uma utilização *sui generis* da crítica do dialético Hegel contra o dogmatismo kantiano.

Como citar:

TERTULIAN, Nicolas. György Lukács e o stalinismo. Trad. Carolina Peters. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 27, n. 1, pp. 88-124, jan./jun 2021.